



A DESIGUALDADE DE RENDA NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM (RMB) NO PERÍODO DE 2001 A 2005

João Paulo Gois Alves¹

Resumo: O objetivo deste trabalho é fazer uma análise dos rendimentos da população da RMB através da Curva de Lorenz e do Índice de Gini no período de 2001 a 2005 com dados da PNAD relacionando a concentração e a desigualdade com a crescente crise do emprego que acometeu o país e a região, consequência de uma intensa e indiscriminada inserção do país no mercado internacional, cuja a política econômica se resumiu a proteção dos investimentos e controle da inflação.

Palavras-chaves: Desemprego, desigualdade de renda, concentração de renda, índice de Gini, Curva de Lorenz.

Abstract: The objective of this study is to analyze the incomes of the population of the RMB over the Lorenz curve and Gini index in the period 2001 to 2005 PNAD's data relating to the merger and the growing inequality of the employment crisis that affected the country and region, the result of intense and indiscriminate insertion of the country in the international market, whose economic policy restricted to protection of investment and control inflation.

keywords: Unemployment, inequality of income, income concentration, the Gini index, Lorenz curve.

¹ Economista. Universidade Federal do Pará. E-mail: joaopaulogoisalves@yahoo.com.br.



1. INTRODUÇÃO

O desemprego atual não pode ser visto através da ótica clássica cuja principal observação “genial” do fenômeno é sua efemeridade, pois para vertente clássica a *lei de Say*² elimina em primeira análise qualquer possibilidade de desemprego involuntário, uma vez que os salários se ajustam à produtividade marginal do trabalho, do mesmo modo que o crescimento econômico levaria conseqüentemente a uma melhor distribuição da renda. Assim, não se pode pensar em crescimento econômico onde o resultado da distribuição de renda está dado, é automático.

Isto acontece porque a separação entre Estado e mercado é uma fábula contada pelos liberais há muitos anos. É uma fábula tanto histórica (a participação do Estado no mercantilismo do século XV) quanto filosófica e teórica, pois se o mercado é uma instância única e auto regulada não seria necessário o Estado como regulador, interventor ou indutor (SALAMA; VALIER, 1997).

No Brasil, mais do que crescimento econômico, o problema é a má distribuição de renda que toma proporções devastadoras, uma vez que a distribuição de riqueza em um país está intimamente ligada à concepção política do Estado, pois entre a geração de riqueza e a distribuição desta riqueza está a *política*, é esta quem define como será essa distribuição.

Então como explicar uma crise de emprego? Keynes mostrou em sua teoria da *demand efetiva* que nas modernas sociedades industriais a lei de Say não é válida, porque a oferta *ex-ante* difere da demanda *ex-post*³, uma vez que os empresários ofertam seus produtos de acordo com suas expectativas sobre a demanda. A resposta se encontra, então, nas novas formas de acumulação de capital, cujo desemprego é apenas um dos males resultantes, no qual a manutenção se torna parte integrante da acumulação (ALBAN, 1999).

A partir dos anos 80 as desigualdades no Brasil se tornam maiores. Segundo o *Atlas da exclusão social no Brasil, volume 2*, o índice de poder de compra em 1960 era de 100,3, já em 1980 caiu para 61,78 e em 2000 foi para 32,71. A porcentagem do emprego formal na população ocupada caiu de 45,4% em 1980 para 42,7% em 2000 e a relação dos 10% mais ricos com os 40% mais pobres subiu de 13,5 em 1960 para 21,2 em 2000.

A nova realidade em que os trabalhadores da RMB estão inseridos é resultado da

² A lei de Say afirma que toda oferta cria a sua própria demanda, pois a produção cria renda, criando também o poder de compra, visto que a disposição a trabalhar seria motivada pelo desejo de consumir não haveria, então, impedimento a venda de nenhum volume de produção.

³ Ex-ante e ex-post significam, de acordo com a definição original da escola sueca, respectivamente, planejado(a) e realizado(a)/efetivo(a), ALBAN (1999).



convergência da capacidade do capitalismo de desenvolver novas formas de acumulação de capital (flexibilização das relações de trabalho, desregulamentação do mercado, e financeirização dos investimentos) com as medidas macroeconômicas recessivas (atração de capital externo através de alta na taxa de juros real, combate à inflação via contenção de gastos públicos e salários e abertura comercial).

Na primeira parte será demonstrada a composição dos rendimentos da população da RMB no período de 2001 a 2005, introduzindo a temática da desigualdade e da concentração de renda, mostrando que com a introdução das políticas de complementação de renda do governo brasileiro o número de pessoas que ganham até meio salário mínimo teve um aumento expressivo, mas em contra partida houve um decréscimo da população que ganha acima de dois salários mínimos, demonstrando a rigidez de possibilidade da população da região de auferir rendas maiores na realidade atual.

Na segunda parte uma análise através do critério de Lorenz e do índice de Gini demonstrará a situação de desigualdade da RMB e o grau de concentração de riqueza da região, constatando a difícil situação das pessoas e das famílias da região.

2. OS RENDIMENTOS DA POPULAÇÃO DA RMB

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) demonstra uma diminuição das desigualdades no Brasil, considerando o índice de gini. Segundo o IBGE o índice de gini que em 1993 era de 0,571 passou para 0,535 em 2004 – quanto mais perto de 1 mais desigual – atestando uma diminuição na desigualdade de renda. Em 2006 a Fundação Getúlio Vargas (FGV) divulgou resultados da pesquisa baseados também na PNAD 2004 que mostram um aumento de 3,6% da renda média dos brasileiros e um aumento de 14,1% na renda dos mais pobres. É o melhor resultado desde o CENSO de 1960.

Os dados mostram que a redução na desigualdade no Brasil é acompanhada com o aumento na renda dos mais pobres, mas observando-se atentamente os dados, verifica-se que a população está se concentrando na faixa dos rendimentos mais baixos e segundo Pochmann (2005) existem 4 milhões de famílias no Brasil sem remuneração, ou seja, não são monetizadas.

Na RMB, segundo dados da PNAD 2005, existem 34.668 mil famílias sem remuneração. Para a averiguação da existência de concentração de renda e de como é esta concentração apresentaremos a distribuição de renda na RMB através da curva de Lorenz e do índice de Gini com dados da PNAD no período de 2001 a 2005.



O rendimento médio da população da RMB teve uma variação média de 1,7% anual entre 2001 e 2005, passando de 308,00 reais em 2001 para 352,00 reais em 2002, tendo uma queda em 2003 para 344,00 reais recuperando-se depois em 2004 (396,00 reais), chegando a 432,00 reais em 2005. A alta no rendimento médio da população da região está intimamente ligado ao conjunto de políticas sociais de complementação de renda (bolsa família, bolsa escola, auxílio gás, etc.) e aos sucessivos aumentos do salário mínimo.

Porém, apesar da alta no rendimento médio da população percebe-se que a distribuição da população está se concentrando nos baixos rendimentos em quanto menos pessoas ganham os rendimentos maiores. É daí que vem o problema da análise das pesquisas baseadas tão somente nas observações das variações dos rendimentos sem a devida contextualização. Os resultados da pesquisa da FGV mostram o aumento da renda dos mais pobres o problema é que esse resultado não significa evolução e sim concentração.

Tabela 1 – Distribuição da população da RMB em relação aos rendimentos

Distribuição da população da RMB em relação aos rendimentos 2001-2005 (em %)					
Classes de rendimentos em Salário mínimo	2001	2002	2003	2004	2005
Até 1/2 salário mínimo.....	5,8	11,2	15,4	12	13,5
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo.....	24,3	28,4	24,8	23,3	30,2
Mais de 1 a 2 salários mínimos.....	32,1	27,1	27,5	29,4	29,9
Mais de 2 a 3 salários mínimos.....	13,2	11,3	11,2	9,9	9,9
Mais de 3 a 5 salários mínimos.....	10,8	9,3	8,8	10	8,3
Mais de 5 a 10 salários mínimos.....	8,3	8	5,8	6,7	5,2
Mais de 10 a 20 salários mínimos.....	3,7	3,3	2,6	2,8	2,2
Mais de 20 salários mínimos.....	1,7	1,5	0,9	0,8	0,7

Fonte: Elaboração do autor a partir das PNADs, IBGE.

Com certeza a parte da população da RMB que ganha até meio SM tem aumentado vigorosamente, pois em 2001 apenas 5,8% da população ganhava até essa faixa. Em 2002 houve um salto para 11,2%, passando para 15,4% em 2003, caindo posteriormente para 12% e subindo para 13,5% em 2005. Uma observação importante a ser feita diz respeito ao resultado de 2003 em comparação em 2002, pois prestando-se atenção vê-se que é nesse período que ocorre uma diminuição da população que ganha mais de dois SM, ou seja, as populações das faixas maiores de renda perderam esses rendimentos, engrossando as faixas mais baixas de rendimentos.

É claro que a diminuição da população nas faixas maiores de renda não aconteceu apenas em 2003, foi uma diminuição continuada, é nesse período que houve as quedas



mais bruscas. Na faixa de 3 a 5 SMs a população diminuiu 9,3% em 2002 para 8,8% em 2003 e na faixa de 5 a 10 SMs de 8% caiu para 5,8% no mesmo período.

3. ANÁLISE DO ÍNDICE DE GINI E DA CURVA DE LORENZ

Dada a distribuição da população em torno dos rendimentos analisa-se agora a concentração e a desigualdade na distribuição de renda na RMB.

Como foi visto o perfil distributivo da renda na região é desigual, concentrando a maioria da população nas faixas de rendimentos mais baixa, movimento esse que parece ser tendencial devido a realidade de exclusão social em que o país está imerso. Analisando o índice de gini no período de 2001 a 2005 pode-se ver o quão desigual a RMB é.

Tabela 2 – Índice de Gini para RMB

Índice de Gini para RMB 2001-2005					
	2001	2002	2003	2004	2005
Gini	0,6254	0,6107	0,5963	0,6195	0,6106

Fonte: Elaboração do autor a partir das PNADs, IBGE.

O índice de gini tem tido um movimento de redução no período observado, como comprova as pesquisas divulgadas pelo IBGE, mesmo assim é um índice alto considerando que quanto mais próximo de 1 (um) mais desigual é a distribuição da renda. O índice veio decrescendo desde 2001 quando registrou 0,6254, depois caiu para 0,6107 em 2002 tendo uma queda brusca para 0,5963 em 2003 aumentando depois para 0,6195 em 2004 e finalmente caindo para 0,6106 em 2005. Rocha (2003) afirma que o grau de desigualdade no Brasil é tão grande que o índice de gini é pouco afetado, mesmo quando ocorrem melhorias na distribuição da renda como as políticas de transferência de renda do governo federal.

As oscilações do índice de gini estão diretamente ligadas à distribuição da população em torno dos rendimentos. Em 2001 apenas 5,8% da população ganhava até $\frac{1}{2}$ SM, em 2003 esse número foi para 15,4% baixando o índice para 0,5963. Assim, não há dúvidas quanto à diminuição da desigualdade de renda na RMB, uma vez que de 2001 para cá houve varias políticas de complementação da renda e esforço político para o reajuste do salário mínimo.

O problema é que o caráter “inclusivo” que a política de complementação de renda do governo federal gera mantém a população nos rendimentos mais baixos, gerando esse efeito de diminuição da desigualdade de renda no índice de gini, mas que, em um olhar mais



atento, demonstra a necessidade de políticas de emprego que formem capital humano para o mercado de trabalho atual, cujo funcionamento e organicidade tem sido exaustivamente demonstrado por pesquisadores e estudiosos.

Esse efeito sobre o índice de gini pode ser demonstrado pelos dados das PNADs sobre populações sem rendimento: em 2001 cerca de 36,7% da população residente na RMB não possuía rendimentos, ou seja, 663.126 mil pessoas se encontravam nessas condições, essa porcentagem caiu para 33% em 2002, depois caiu mais ainda em 2003 (30,7%), subindo em 2004 (31%) e caindo depois para 29,6% (605.522 mil pessoas) em 2005. Agora realizando-se esta mesma análise para as famílias da RMB, vê-se que o índice se encontra tão alto quando comparado com as pessoas, só que menor.

Assim como as pessoas o índice de gini para as famílias teve uma alta em 2001 (0,5906), depois uma queda para 0,5845 em 2002, caindo mais ainda em 2003 (0,5656), tendo uma alta em 2004 ficando em torno de 0,5699 e depois caindo para um valor mais baixo do período (0,5646).

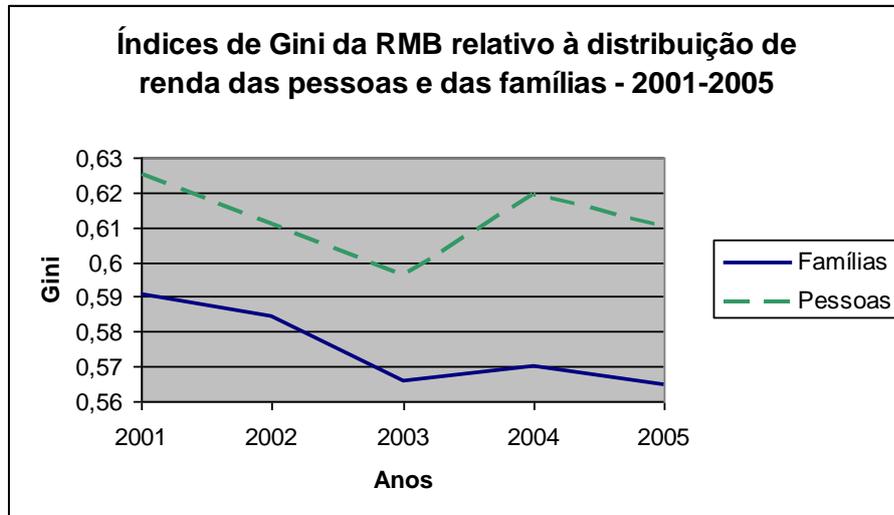
Tabela 3 – Índice de Gini Pessoas e Famílias para a RMB

Índice de Gini para RMB 2001-2005					
	2001	2002	2003	2004	2005
Famílias	0,5906	0,5845	0,5656	0,5699	0,5646
Pessoas	0,6254	0,6107	0,5963	0,6195	0,6106

Fonte: Elaboração do autor a partir das PNADs, IBGE.

Esta diferença entre os índices se dá pelo caráter redistributivo da família, uma vez que os integrantes da família, ao auferirem renda, geram a circulação desses rendimentos dentro o grupo ao dividirem os gastos, logo as famílias rebaixam o índice pelo fato de possuir certa “solidariedade” monetária diminuindo os efeitos da má distribuição de renda. A retomada do índice de gini em 2004 depois da queda em 2003 é mais acentuada nas pessoas (gráfico 6), enquanto que nas famílias o índice pouco se eleva devido ao caráter redistributivo da unidade.

Gráfico 1 – Índices de Gini relativo à distribuição de renda das pessoas e das famílias



Fonte: Elaboração do autor a partir das PNADs, IBGE.

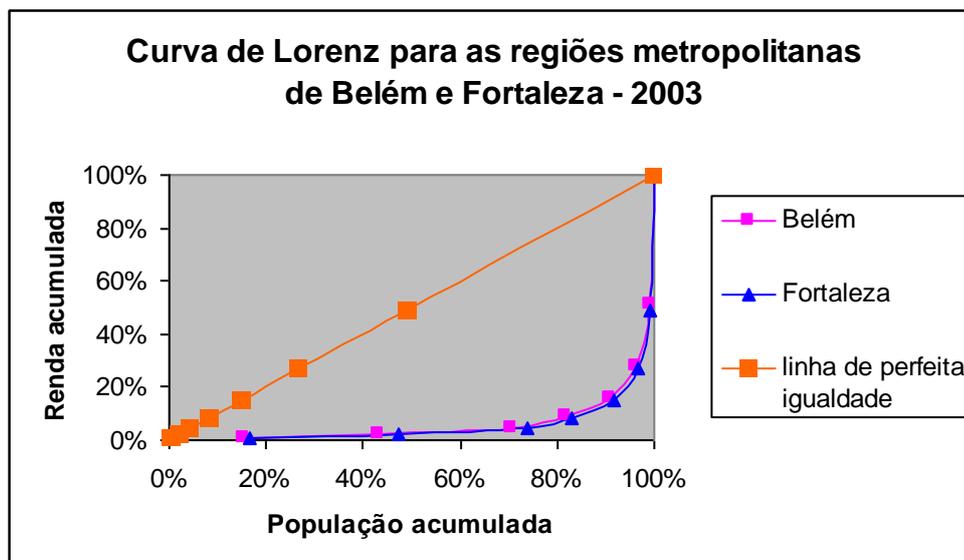
Através da curva de Lorenz pode-se ver mais claramente a concentração de renda na RMB, cujo resultado é alarmante, assim como em todo estado do Pará⁴. A curva de Lorenz é a representação gráfica da concentração de renda, onde o espaço entre a curva de perfeita igualdade e a curva de Lorenz é diretamente proporcional à variação da concentração de renda.

Considerando a renda das pessoas, a RMB assim como no índice de Gini apresenta uma curva com configuração bastante preocupante no tocante ao nível da pobreza absoluta na região, uma vez que em 2003, quando o índice de Gini teve uma queda, 3,6% da população (32.735 mil pessoas) acumulava 72% da renda gerada na região, deixando para 96,4% da população (876.760 mil pessoas) apenas 28% da renda gerada.

Fazendo-se uma comparação entre as regiões metropolitanas de Belém e Fortaleza em 2003, pode-se constatar que na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) a concentração de renda é maior que na RMB, pois 96,67% da população absorve apenas 26,76% da renda da região confirmando assim, o Gini maior da RMF de 0,6117, enquanto que o índice na RMB fica em 0,5963.

Gráfico 2 – Curva de Lorenz para as regiões metropolitanas de Belém e Fortaleza

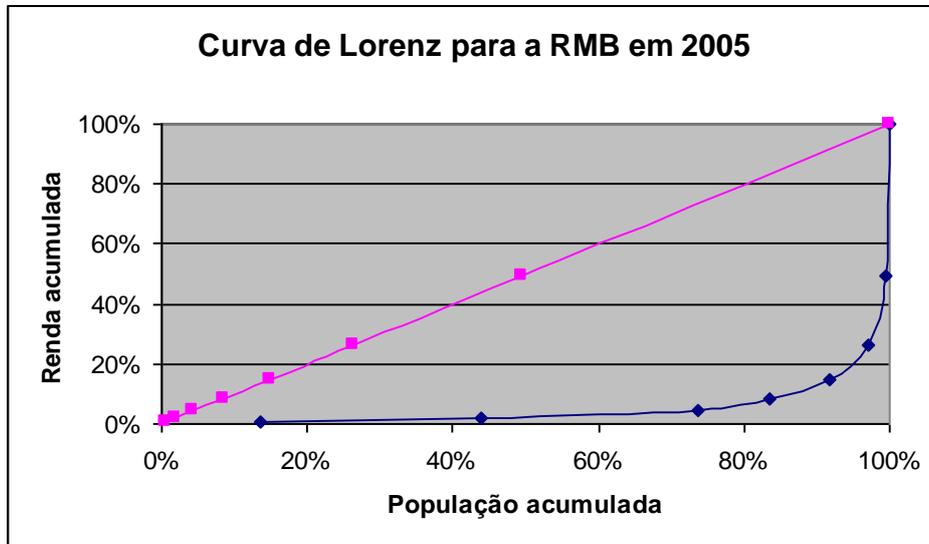
⁴ A curva de Lorenz acusa que 98,55% da população do Estado do Pará auferem apenas 25,91% da renda gerada no Estado.



Fonte: Elaboração do autor a partir das PNADs, IBGE.

Com dados da PNAD 2005 os resultados pioraram desde 2003 para a RMB. Calcula-se que 97,10% da população da região (1.019.184 pessoas) absorvem apenas 26,28% da renda gerada na região, ou seja, 2,9% (30.438 mil pessoas) da população concentram 73,2% de toda renda gerada na RMB.

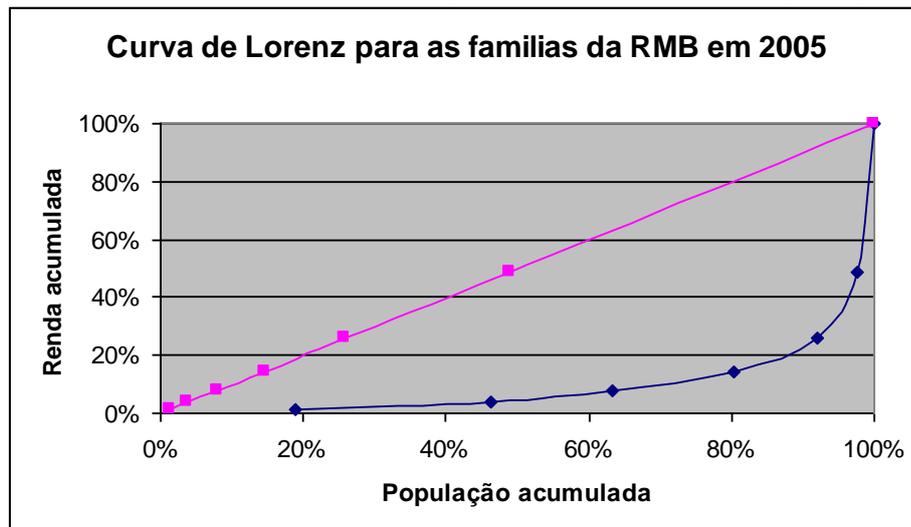
Gráfico 3 – Curva de Lorenz para a RMB



Fonte: Elaboração do autor a partir das PNADs, IBGE.

Considerando as famílias a forma da curva de Lorenz fica diferente se aproximando mais da linha de perfeita igualdade. Os dados da PNAD 2005 mostram que 97,55% (566.759 mil) das famílias da RMB concentram quase 50% da renda da região (48,87%).

Gráfico 4 – Curva de Lorenz para as famílias da RMB (2005)



Fonte: Elaboração do autor a partir das PNADs, IBGE.

Apesar de Rocha (2003) ressaltar relevância primeira da análise pelas famílias, é inquietante saber que 3% da população da RMB concentram mais de 70% da renda gerada, numa região cuja geração de emprego é insuficiente e o dinamismo econômico não passa do setor de serviços. Além do mais, segundo dados da PNAD 2005, do total de pessoas que procuram trabalho na semana de referência da pesquisa, 78% têm entre 18 e 39 anos. Por



tanto analisar apenas as famílias seria uma vexatória com a população excluída da região, numa realidade onde a população desocupada tem crescido sistematicamente e famílias não conseguem ter seus filhos e pais empregados.



4. CONCLUSÃO

Os trabalhadores da RMB estão inseridos numa realidade resultante da convergência da capacidade do capitalismo de desenvolver novas formas de acumulação de capital com as medidas macroeconômicas recessivas. O perfil distributivo da renda em uma sociedade não é regido automaticamente pelo crescimento econômico, pois existe uma resistência nesse circuito: a política. A negação desse fato é um erro fatal para as análises econômicas, inviabilizando a resolução do problema.

Apesar dos dados do IBGE mostrarem uma redução das desigualdades no Brasil, na RMB esta melhora não se concretiza de forma satisfatória, pois em 2005 605.522 mil pessoas (29,6% da população residente) não possuem rendimentos e a diminuição desse percentual é preocupante na medida em que a população se concentra nas faixas mais baixas de rendimentos (um a dois SMs) em quanto menos pessoas auferem os estratos maiores de renda. Isto se chama exclusão social e por mais que os índices não detectem tal categoria, não se pode negar as novas formas de exclusão social em que a população da RMB está inserida.

O índice de gini realmente regrediu no período pesquisado na RMB, passando de 0,6254 em 2001 para 0,6106 em 2005, resultado reforçado pela ampliação de pessoas ganhando meio salário mínimo e pelas políticas de complementação de renda dos governos. Mesmo assim o resultado se mostrou alarmante, pois em 2005 a curva de Lorenz se mostrou mais afastada da curva de perfeita igualdade desde 2003, revelando que mais de **70%** da renda gerada na RMB está concentrada nas mãos de 30.438 mil pessoas (**2,6% da população**).

Analisando também as famílias vimos que o índice de gini para esta unidade se encontra abaixo do visto para as pessoas, isso por causa do caráter “solidário” da unidade oriundo da renda familiar que pressupõe uma divisão dos gastos da família amortecendo os impactos da desigualdade de riqueza. O índice de gini em 2005 ficou em 0,6106 e a curva de Lorenz se mostrou menos afastada da linha de igualdade, mostrando que 97,55% (566.759 mil) das famílias da RMB concentram quase 50% da renda da região (48,87%). Porém fica claro que analisar apenas as famílias é um erro, pois a realidade que se mostra não só na região, mas como no país, é de exclusão social de jovens e pessoas de pouca escolaridade com altas taxas de desemprego tornando difícil, se não raro, para as famílias empregar seus filhos e pais.



5. REFERÊNCIAS

ALBAN, Marcus. **Crescimento sem emprego**: o desenvolvimento capitalista e sua crise contemporânea à luz das revoluções tecnológicas. [S.l.] Casa da Qualidade, 1999.

CAMPOS, André *et. al.* **Atlas da exclusão social no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2004. Volume 2.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **CENSO demográfico 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílio – PNAD**. Anos 1999, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005. Rio de Janeiro: IBGE.

POCHMANN, Márcio *et al.* (Org.). **Atlas da Exclusão Social no Brasil**: Dinâmica e Manifestação territorial. São Paulo: Editora Cortez, 2003. (Volume 2).

ROCHA, Sônia. **Pobreza no Brasil: afinal do que se trata?** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SALAMA; VALIER. **Pobreza e Desigualdades no Terceiro Mundo**. São Paulo, Nobel, 1997.